

# & NEGÓCIOS

# ECONOMIA

economia@grupotarde.com.br

**ANÚNCIO Governo decide antecipar 13º de aposentados e abono salarial**
[www.tarde.com.br/economia](http://www.tarde.com.br/economia)

## PLANOS DE SAÚDE

Conforme ANS, além da correção anual 2020, beneficiários vão arcar com aumento de faixa etária

# Órgãos entram na Justiça contra reajuste

**RODRIGO AGUILAR**

Órgãos de defesa do consumidor vão entrar na Justiça contra o reajuste retroativo dos planos de saúde, suspenso no ano passado em função da pandemia do novo coronavírus e agora autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a partir de janeiro. Conforme decisão da ANS, além da correção anual de 2020, os beneficiários poderão ter que arcar com o possível reajuste de faixa etária, tudo isso ainda somado ao aumento de 2021.

O Procon-BA destacou decisão recente do ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal (STF), que prorrogou até 31 de dezembro de 2021 efeitos da Lei nº 13.979/2020, referente a medidas de combate à pandemia.

"Nós defendemos que o

instrumento escolhido também será uma ação civil pública. O argumento, explica, será de que a situação que levou ao adiamento do reajuste em 2020 permanece. "Se os reajustes foram adiados por causa da pandemia, nós ainda estamos na pandemia", diz.

O superintendente do Procon-BA destaca decisão recente do ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal (STF), que prorrogou até 31 de dezembro de 2021 efeitos da Lei nº 13.979/2020, referente a medidas de combate à pandemia.

"Nós defendemos que o

ano de 2020 não deveria ter reajuste, porque as pessoas ficaram impedidas de fazer exames, procedimentos médicos eletivos, cirurgias, ou seja, o custo médico-hospitalar para os planos ficou totalmente reduzido, porque os consumidores deixaram de usar. Além do mais, com o isolamento e o home office, o consumidor passou a se expor a menos riscos", argumenta. "As operadoras estão buscando lucros desproporcionais em meio à situação crítica que vivemos, já que com a pandemia muitas pessoas estão sofrendo uma queda em seu poder aquisitivo", afirma Fernando Capez, diretor executivo do Procon-BA.

Durante o mês de janeiro, reclamações feitas pelo site do Procon-SP serão analisadas e encaminhadas na ação civil pública.

Na Bahia, o Ministério Público estadual informou que

argumenta: "As operadoras

estão buscando lucros desproporcionais em meio à

situação crítica que vivemos, já que com a pandemia muitas

personas estão sofrendo

uma queda em seu poder

aquisitivo", afirma Fernando Capez, diretor executivo do Procon-SP.

Durante o mês de janeiro,

reclamações feitas pelo site

do Procon-SP serão analisadas e encaminhadas na ação

civil pública.

Na Bahia, o Ministério Pú-

blico estadual informou que

acompanha o assunto e

atendê-lo aos consumidores

que eventualmente se sin-

tam lesados e protocolam

denúncias na instituição.

Em novembro do ano pas-

sado, a Diretoria Colegiada

da Agência Nacional de Saú-

de Suplementar (ANS) defini-

niu que os beneficiários de

planos de saúde que tiveram

reajustes nas cobranças de

reajuste anual e por faixa

etária entre setembro e de-

zembo de 2020 teriam o pa-

gamento desses valores

"distribuído" em 12 meses, a



Há 47,2 milhões de usuários no país

partir de janeiro de 2021. De acordo com a agência, há 47,2 milhões de usuários de planos de saúde no país e a suspensão do reajuste alcançou 20,2 milhões de beneficiários em relação à reajuste anual e 5,3 milhões de no tocante aos reajustes por mudança de faixa etária.

A ANS determinou um reajuste máximo de 8,14% para os planos individuais ou familiares contratados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei nº 9.656/98. O índice é válido para o pe-

riodo entre maio de 2020 e abril de 2021.

Como seja cobrado percentual acima desse nos casos especificados, o usuário poderá fazer inicialmente uma reclamação no SAC da operadora para reaver o que foi pago, afirma o advogado Thiago Leonis. "Se o contato com os canais da operadora de saúde forem infrutíferos, a orientação é que seja feita uma reclamação junto a ANS, indicando os meses que foram cobrados indevidamente e o percentual aplicado. Se nada disse der certo, o consumidor pode ir até o Procon ou buscar um advogado de sua confiança para judicialização", diz.

O profissional explica que, para os planos de saúde coletivos ou por adesão, não há limite. "Estes últimos, que são os de maior reclamação judicial, tendem a girar em torno de 10%, podendo chegar a mais de 20%. Ultrapassada essa média, o consumidor também pode seguir os caminhos com reclamações, como orientado anteriormente", acrescenta.

Leonis também orienta que, como os reajustes estão legalmente autorizados até então, os consumidores devem manter os pagamentos para evitar a rescisão do plano ou, ainda, a inclusão do beneficiário no cadastro de devedores (SPC/Serasa). O reajuste acumulado precisa ser dividido em pelo menos 12 parcelas, ficando a critério do consumidor parcelar em menos vezes, diz o advogado. A operadora poderá dividir em mais vezes, mas não é obrigada.

**"Estamos nos organizando para evitar este acúmulo do reajuste. O trabalho é em articulação com outros órgãos"**

**FILIPE VIEIRA, presidente do Procons Brasil**

accompanying the article and

eventually reach consumers

who are injured and file a complaint with the institution.

In November of this year, the

ANS decided to extend the

reduction of health plans to

2020 to 2021, as required by

the law, and the consumer

can file a complaint with the

operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the

list of debtors, says Leonis.

He also points out that the

operator can also file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

amount paid in excess.

For those who are not

covered by the law, the

consumer can file a com-

plaint with the SPC/Serasa

to be included in the list of

debtors, as required by the

law, and the consumer

can file a complaint with

the operator to recover the

&lt;p